

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

SHARA RACHEL SILVA DUTRA DE MEDEIROS

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS INSTITUIÇÕES  
ARQUIVÍSTICAS - ESPAÇO DE AÇÕES EDUCATIVAS**

João Pessoa

2013

SHARA RACHEL SILVA DUTRA DE MEDEIROS

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS INSTITUIÇÕES  
ARQUIVÍSTICAS - ESPAÇO DE AÇÕES EDUCATIVAS**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia da UFPB, para obtenção do grau em Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Ms. Genoveva Batista do Nascimento.

João pessoa

2013

HARA RACHEL SILVA DUTRA DE MEDEIROS

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS -  
ESPAÇO DE AÇÕES EDUCATIVAS**

Artigo apresentado de Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Genoveva Batista do Nascimento - UFPB  
Orientador (a)

---

Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB  
Examinador (a)

---

Ana Andréa Vieira Castro de Amorim - UFPB  
**Examinador (a)**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

M488i Medeiros, Shara Raquel Silva Dutra de.

Instituições arquivísticas: propostas de ações educativas na Fundação José Américo e no arquivo Afonso Pereira na cidade de João Pessoa - PB./ Shara Raquel Silva Dutra de Medeiros. – João Pessoa: UFPB, 2013. 24f.:il.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Genoveva Batista do Nascimento.  
Artigo (Graduação em Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Educação patrimonial. 2. Arquivos. 3. Ações arquivísticas. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 930.25(813.3)(043.2)

*À minha mãe, por todo amor que me doa desde 1980!*  
*À Wendell Santeiros, com todo amor que lhe tenho!*

## Agradecimentos

E chega o momento de registrar o que sempre ensaiei durante estes quase 5 anos, o que dizer? a quem dizer? Muitos foram os companheiros que incentivaram e que apareceram ao longo desta caminhada, citar todos seria impossível, por esse motivo, agradeço primeiramente à todas as pessoas que fizeram parte desta jornada, mas que aqui não forem listadas, à vocês, meu obrigada!

À querida Professora Genoveva Batista, que compartilhou comigo toda essa ansiedade de pensar o Arquivo de forma educativa.

Aos professores desta graduação, Dulce Amélia, Adolfo, Guilherme, Esmeralda, Geane, Bernardina, Wagner, Amorim, Juliane, Edvaldo, Emeide, Ana Carla, Thaís Catoria, Eutrópio, Carlos Xavier, Márcio, Brigidda Lourenço (*In memoriam*), especialmente à Marckson de Sousa, por toda sua gentileza, dedicação e sua seriedade, e, Rosa Zuleide (Rosita Maria, para mim), por toda sua paciência comigo e por sua presença nesta avaliação.

Aos amigos, companheiros desta formação, Dulce (Dulcinídia), Virllane (Virllayne), Ismaelly, Simone, Elaine (Élaine), Laurene, Yarianne, Judy, Sérgio, Magno, Josealdo, Walfrido, Derek, Pablo, Rafael, Paulo André, Luciano Lourenço, por todas as noites de convivência nesta jornada, por todas as pipocas, por todas as discussões, por todos os nossos sonhos arquivísticos, obrigada!

Às amigas que a Arquivologia me proporcionou, Ana Andréa Vieira Castro de Amorim, à você, por todas as nossas “melodias”, obrigada!

À todos os meus familiares que acreditaram neste dia. Especialmente, aos meus irmãos, Sayana e Ranieri, e sobrinho, Gabriel, pedras preciosas do meu coração! Aos cunhados, Rômulo, por todo seu incentivo filosófico, e Henrique Jordon, por todo incentivo político! À Zita Maria, por todo seu carinho!

À minha mãe, Maria de Fátima da Silva, simplesmente pelo seu amor!

E finalmente, ao incentivador maior deste momento, Wendell Santos de Medeiros, à você, com todo amor que lhe tenho, agradeço e dedico este trabalho.

## **RESUMO**

Os arquivos são espaços de guarda de informações e registro de memória para a sociedade, estes devem servir como mediador para o aprimoramento do aprendizado intelectual de indivíduos. Assim, o artigo objetiva propor atividades educativas de divulgação de instituições arquivísticas, estando atreladas ao conceito de patrimônio cultural, na promoção e no desenvolvimento da educação patrimonial em arquivos. Entende-se que a proposta de divulgação das ações arquivísticas são contribuições importantes para a formação educativa de cidadãos e também para a manutenção de uma memória social coletiva, essência do saber informacional, aos quais os arquivos encontram-se intrinsecamente relacionados.

**Palavras – chave:** Educação patrimonial. Arquivos. Ações arquivísticas.

## RESUMÉ

Les fichiers sont des espaces qui contiennent des registres et des documents pour la société et qui doivent servir comme médiateur qui aide à l'apprentissage des individus. Dans cet article nous proposerons donc de fournir des activités éducatives de divulgation des institutions archivistes liées à la notion de patrimoine culturel, pour la promotion et le développement de l'éducation patrimoniale en archives. Nous comprenons que la divulgation des actions archivistique proposée est une importante contribution à la formation pédagogique des citoyens et aussi au maintien d'une mémoire sociale collective, qui est l'essence informationnelle des connaissances, auxquels les fichiers sont intrinsèquement liées.

**Mots clés** : Education au patrimoine. Archives. Actions archivistique.



## 1 INTRODUÇÃO

O processo da globalização destaca em nossa sociedade mudanças que afetam o cenário político, econômico, social e cultural, e isto requer que os indivíduos estejam preparados para enfrentarem esse turbilhão de mudanças, seja no campo familiar, profissional ou educacional.

Assim, podemos inferir que esta preparação se atrela as formas de como a educação advêm para estes indivíduos. A consciência de qualquer processo que visa transformação, precisa se aliar à busca de informação e construção de conhecimento.

Por conseguinte, em busca de promover tais conhecimentos, os espaços responsáveis pela guarda ou custódia de informações, os Arquivos, neste caso, precisam pôr em prática, atividades que visem uma maior disseminação da informação, objetivando direcionar de forma efetiva, as informações aos seus usuários.

Ademais, tendo os arquivos enquanto espaços de guarda de informações, registros de memória de importância histórico-social, compreendemos que as informações contidas nestas instituições são de grande contribuição para a (re)escrita da História e construção de uma identidade cultural e estes espaços, por sua vez, devem fortalecer o aprendizado intelectual dos indivíduos.

Para tanto, nossa pretensão é sugerir ações educativas de divulgação dos espaços arquivísticos. Essas ações visam divulgar o conteúdo informacional dos acervos com as técnicas arquivísticas aplicadas nas instituições visitadas. Porque,

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (Bellotto, 2006, p. 227).

Para construirmos nossa proposta educativa primeiramente entenderemos o

conceito de Arquivo, com vistas em sua dimensão cultural. Também relacionaremos sua importância com o patrimônio cultural da sociedade e chegaremos na importância de referência do registro da memória social.

Com isso, entendemos que o processo educativo, deverá acontecer de forma sistemática nas instituições arquivísticas, e estas propostas poderão se aliar a rede de ensino público local, objetivando contribuir para a formação cidadã da sociedade. Nesse contexto, sugerimos à implementação dessas atividades na Fundação Casa de José Américo<sup>1</sup> e no Arquivo Afonso Pereira<sup>2</sup>.

Essas duas instituições foram escolhidas, como espaço inicial, por já prestarem serviços semelhantes e ainda contarem com profissionais habilitados para o desenvolvimento de tais atividades.

Nesse sentido, acreditamos que o processo de difusão cultural, nas instituições arquivísticas, deve acontecer de forma que incentive à formação cidadã, buscando contribuir para a formação de uma identidade cultural.

Para tanto, é necessário que os Arquivos, bem como seus profissionais, tenham em mente novos conceitos, em busca de ofertar aos seus usuários, diversidade nos serviços prestados nas suas instituições.

## **2 ARQUIVOS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA**

As novas formas de organização da sociedade contemporânea constituem um processo de pluralização de comportamentos e conseqüentemente a (re)construção de novos conceitos. A incorporação desses novos sentidos pela sociedade são importantes para valorizar e preservar a memória social de determinados grupos. Nesse contexto, entendemos os Arquivos como parte desse processo.

No entanto, é necessário desconstruir o senso comum acerca do entendimento de Arquivo, local de acúmulo de papéis velhos, ou mesmo o velho conhecido “Arquivo Morto”. É preciso disseminar um novo conceito, um novo sentido

---

<sup>1</sup> A Fundação Casa de José Américo fica localizada na cidade de João Pessoa-PB, na Av. Cabo Branco, 3336. É um órgão complementar da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Maiores informações consultar: [www.fcja.pb.gov.br](http://www.fcja.pb.gov.br).

<sup>2</sup> O Arquivo Afonso Pereira, é uma entidade privada, fica localizado na cidade de João Pessoa, na Praça João XXIII, Rua Maximiliano Chaves, 78 – Jardim Glória – Jaguaribe.

de Arquivo. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 27),

Arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; Instalações onde funcionam arquivos; Móvel destinado à guarda de documentos.

Nesse sentido, os Arquivos se apresentam para além do entendimento de local de armazenamento de velhos papéis, eles são, de forma geral, instituições responsáveis pelo armazenamento e conservação de informações, sendo essas, administrativas ou históricas.

Aqui, trataremos das informações históricas dos arquivos, essas que são também, Patrimônio Cultural e registros de memória de uma sociedade.

As informações registradas são documentos, que podem variar nos seus suportes, como papel, fotografias, medalhas, vídeos, etc. As várias formas de suportes documentais guardam informações que são a essência de ser das instituições arquivísticas.

Os documentos são importantes instrumentos de construção do saber de uma sociedade, pois eles, além de constituírem o patrimônio cultural de um povo, também são formas de registro de suas memórias.

No Brasil, o conceito de Patrimônio Cultural é relativamente recente, as discussões efetivas a respeito do tema tem início na primeira metade do século XX. Essas discussões estão relacionadas a mesma época do Modernismo. Rodrigues (2006, p. 2), destaca que,

A reunião de três fatos específicos é indispensável para a elaboração do quadro evolutivo do conceito de patrimônio cultural no Brasil: a Semana de Arte Moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional .

A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, de 11 a 18 de fevereiro, teve como principal propósito renovar, transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música. Mudar, subverter uma produção artística,

criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas tendências europeias, essa era basicamente a intenção dos modernistas.<sup>3</sup>

O Modernismo teve duas fases no Brasil, a primeira, demarcada pela semana de arte de 1922 que se estendeu até 1930 e a segunda que vai de 1930 até 1945.

Na primeira fase tivemos um momento de consolidação do movimento, onde se buscava organizar um novo pensamento artístico. Já na segunda fase, temos um novo cenário político, que viria influenciar expressivamente o movimento.

Getúlio Vargas havia chegado a presidência da república, após várias tensões políticas no ano de 1930. Segundo Oliveira (2000), a sociedade brasileira sofria várias transformações, influenciadas pela implantação do Estado Novo e também pelo impacto da Segunda Guerra Mundial. Um novo projeto de nação era construído através de uma doutrina ideológica, onde os intelectuais (os mesmos da semana de arte) tiveram papel importante.

Diante dessas referências, entendemos que a formação do conceito de Patrimônio Cultural no Brasil encontra-se permeado de interferências políticas e ideológicas, o que influenciou, e em certa medida ainda influencia, a implementação das políticas de manutenção e divulgação do patrimônio cultural.

Tomemos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, para analisarmos o contexto inicial. Sua criação foi em 1937, através do Decreto Lei nº. 25/37, que apresentava em seu artigo 1º a seguinte definição:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Podemos, pois, concluir que essa definição deixa transparecer um pensamento elitista e excludente, acerca do tema. Talvez, por esses motivos, que durante muitas décadas, o entendimento de patrimônio cultural esteve relacionado a ideia de bens arquitetônicos, o que Fonseca (2003), chamou de patrimônio de *pedra e cal*. Pois,

---

<sup>3</sup> Ministério da Educação e Cultural, MEC, Portal do Professor - <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>.

A imagem que a expressão 'patrimônio histórico e artístico' evoca entre as pessoas é a de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado.(FONSECA, 2003, p. 57).

Percebemos então, o entrave ocasionado, inicialmente, nas discussões acerca do tema no Brasil, que são demarcadas pela criação do SPHAN. Pois, como destaca Fonseca, o pensamento inicial esteve longe de refletir a diversidade que caracteriza a produção cultural do Brasil e esta diversidade seria a chave para um entendimento plural do conceito de Patrimônio Cultural na atualidade.

No entanto, as discussões a respeito do tema foram tomando corpo e absorvendo novas concepções ao longo dos anos. Rodrigues (2006), fala de uma modernização no conceito de patrimônio cultural a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, que em seu artigo 216 traz a seguinte definição para Patrimônio Cultural,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]. (CF, 1988, art. 216).

Essa nova perspectiva demonstra uma valorização da memória, da identidade e das diferenças culturais da sociedade, os bens patrimoniais não precisam mais vincular-se a fatos memoráveis da história nacional. Quanto aos itens constituintes do patrimônio cultural, temos,

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, **documentos**, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; (grifo nosso)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico,

artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CF, 1988, art. 216).

Nesse aspecto, destacaremos a importância dos documentos como itens constituintes do patrimônio cultural. Nesse contexto, os Arquivos começam a se fortalecer e passam a assumir novas referências na composição do patrimônio cultural do Brasil, porque a informação patrimonial se encontra representada nos diversos suportes de memória mais conhecidos por monumentos e documentos (LE GOFF, 2003).

Com isso, entendemos que Patrimônio Cultural é algo que transcende as perspectivas políticas e ideológicas de uma sociedade, é algo que complementa o entendimento de formação de um grupo, nas suas mais variadas formas de expressão sejam elas culturais, artísticas ou políticas, por exemplo.

Entendemos também que, a responsabilidade de manutenção desses bens patrimoniais devem ultrapassar as políticas públicas estabelecidas nos Arquivos, que muitas vezes, são insuficientes para a divulgação da importância informacional dos acervos. Por isso, sugerimos que uma política educativa e sistemática, de divulgação destes espaços, sejam implementadas pelos profissionais da informação destes setores, a fim de sensibilizar a sociedade para a importância informacional dos mesmos.

A organização das atividades, que visam divulgar as instituições arquivísticas, deverá esclarecer ao usuário as possibilidades de (re)construção de sua memória social. Porque,

[...] o arquivo é um sistema de informação social que se materializa em qualquer tipo de suporte, sendo caracterizado, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória. Desse modo, a principal justificativa para a existência do arquivo é a sua capacidade de oferecer a cada cidadão um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva. (BARROS; NEVES, 2009, p. 58).

Ao que podemos observar com esta definição, é que entre Arquivo e Memória, existe um entrelaçamento social, coerente, capaz de manter uma relação constituinte para a manutenção de uma memória coletiva.

Atualmente as discussões sobre memória são recorrentes, principalmente nas

chamadas Ciências Sociais. O entendimento desse conceito, no entanto, diverge na esfera acadêmica, mas uma coisa, temos como norte: seu entendimento é um importante elemento para construirmos um sentimento de pertença a um lugar ou grupo social. Para Fernandes (1992, p. 266)

A memória social ou coletiva, evidenciada através dos registros, vestígios e fragmentos do passado – os chamados bens culturais de uma dada coletividade – constitui-se em referencial de nossa identidade cultural e instrumento possibilitador do exercício da nossa plena cidadania.

Com isso, entendemos que no cenário da preservação dos bens patrimoniais o papel das instituições arquivísticas, que mantêm em seus acervos registros, ou vestígios do passado, deve ser de protagonizar concepções de formação de memória. Essa atuação se faz necessária tendo em vista a importância social das informações por elas custodiadas.

Sobre a memória coletiva, Le Goff (2008) diz que ela valoriza-se, institui-se em patrimônio cultural, o que implica aos arquivos, manter seus acervos de forma à contribuir para a valorização do entendimento social coletivo.

Além disso não podemos esquecer que,

Os arquivos são templos modernos – templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumento às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. (COOK, 1998, p. 148).

Nesse sentido, os profissionais da informação, são responsáveis por divulgar as instituições arquivísticas como mantenedoras do patrimônio cultural de uma sociedade. Pois elas, ultrapassam o sentido da memória apenas como elemento de recordação, elas são responsáveis pela guarda de elementos componentes tanto de uma memória coletiva como também de fontes de construção de cidadania.

Por esse motivo, acreditamos no entrelaçamento da memória, como forma de elemento cultural com os arquivos, tanto na perspectiva de instituição, com todas as suas atividades técnicas, como também no sentido restrito de guarda de registros

informativos. Sendo essa relação fator importante para manutenção do patrimônio cultural de uma sociedade.

Com isso, compreendemos que a divulgação das unidades arquivísticas precisam ser implementadas na sociedade, através da disseminação de um novo conceito social. Os profissionais precisam vencer a barreira do “depósito de armazenamento de velhos papéis”, é necessário implementar ações que combatam o “esquecimento informativo” que incorporou-se aos Arquivos durante décadas. É nesse sentido, pois, que sugerimos ações educativas dentro destas instituições.

### **3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS**

As instituições arquivísticas são, na maioria das vezes, compreendidas como depósitos de papéis, que no momento oportuno, aparecerão como “salvadoras” dos interesses dos seus usuários. Esta é apenas uma, dentre as várias realidades de interpretação aos quais os arquivos estão sujeitos.

As possibilidades informativas e sociais dos arquivos são inúmeras e conhecer, ou entender, as utilizações possíveis, é um desafio posto aos profissionais destas instituições. Porque,

[...] O arquivo não se reduz[a] à mera instituição de guarda da memória, mas extrapola[e] tal função. Ele representa um forte meio necessário para a definição social e cultural, assumindo, assim, uma postura de mediação na conquista de direitos, no que tange à aquisição de informações e à criação de novos conhecimentos. (BARROS; NEVES, 2009, p. 60)

Na perspectiva de contribuir para à criação de novos conhecimentos e de consolidar as atividades de divulgação das instituições arquivísticas, sugerimos o emprego de ações que passem por um projeto de Educação Patrimonial nos Arquivos. Ressaltamos que essas atividades já acontecem em alguns Arquivos no Brasil.

A Educação Patrimonial é o

[...] processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de



conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999 p. 6)

Partindo deste conceito, destacamos que as instituições arquivísticas são palcos recheados de evidências de manifestações culturais, sociais e políticas e que, se as informações ali contidas, forem utilizadas de forma orientada e educativa, poderão contribuir para a formação cidadã da sociedade a qual ela serve. Por esse motivo, acreditamos que a Educação Patrimonial pode ser uma grande aliada nos projetos que visam promover a importância social dos arquivos.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN<sup>4</sup>

[...] toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial.

Nesse contexto, podemos utilizar os arquivos, que abrigam parte do nosso patrimônio cultural, como espaços transformadores da nossa realidade. É nesse sentido que pretendemos discorrer sobre as ações educativas nestas instituições, em busca de um caminho de (re) construção da memória social.

#### **4 AÇÕES EDUCATIVAS EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS**

Após discorreremos sobre o conceito de Arquivos, Patrimônio Cultural e

---

<sup>4</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

Memória, e indicar a utilização da Educação Patrimonial para a implantação sistemática de atividades nas instituições arquivísticas, passaremos agora a propor, efetivamente, duas atividades específicas.

As atividades sugeridas serão Aula Temática e Visita Monitorada. Para o desenvolvimento dessas duas propostas, indicaremos primeiro duas instituições arquivísticas da cidade de João Pessoa.

A primeira instituição será a Fundação Casa de José Américo<sup>5</sup>. A Fundação teve sua incorporação ao patrimônio histórico e cultural da Paraíba em 1980. Sua missão é “preservar, pesquisar e divulgar a vida e obra de José Américo de Almeida e a cultura paraibana, para o engrandecimento da sociedade.”<sup>6</sup>

A Fundação funciona na antiga residência de José Américo, situada na orla da capital paraibana, na praia do Cabo Branco. A casa foi transformada em museu e atualmente guarda objetos pessoais, mobiliário, obras de arte, a biblioteca e alguns documentos do ministro.

Além disso, ela custodia vários outros fundos documentais, entre eles escritores e folclorista paraibanos, como Ascendino Leite, Virgínius da Gama e Melo, José Rafael de Menezes, Juarez da Gama Batista, Paulo Nunes, e ainda personalidades políticas, ministros e governadores, como José Targino, Tarcísio de Miranda Burity, Gratuliano da Costa Brito, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Aécio Villar de Aquino, Ronaldo da Cunha Lima, Ivan Bichara Sobreira, Cícero de Lucena Filho, Antônio Marques da Silva Mariz e José Targino Maranhão.

Além de todo esses acervos, a casa ainda conta com auditório onde são realizados diversos eventos anuais, entre eles palestras, lançamento de livros, reuniões técnicas, cursos de capacitação, entre outros eventos.

Alguns cursos de capacitação relacionam-se com a área de Arquivologia e busca desenvolver capacidades técnicas de tratamento e organização documental.

A outra instituição proposta para o desenvolvimento das atividades é o Arquivo Afonso Pereira<sup>7</sup>. Este arquivo é uma entidade privada, fundada em 1998, com intuito de homenagear seu patrono Afonso Pereira da Silva.

---

<sup>5</sup> A Fundação Casa de José Américo fica localizada na cidade de João Pessoa-PB, na Av. Cabo Branco, 3336. É um órgão complementar da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Maiores informações consultar: [www.fcja.pb.gov.br](http://www.fcja.pb.gov.br).

<sup>6</sup> Fundação Casa de José Américo, [www.fcja.pb.gov.br](http://www.fcja.pb.gov.br)

<sup>7</sup> O Arquivo Afonso Pereira, é uma entidade privada, fica localizado na cidade de João Pessoa, na Praça João XXIII, Rua Maximiliano Chaves, 78 – Jardim Glória – Jaguaribe.

Afonso Pereira, foi um homem de destaque em vários campos da sociedade paraibana, principalmente no tocante à questão educacional. Ele teve sua formação inicial no noviciado católico, em seguida foi para Pernambuco onde cursou Direito. Quando retornou à Paraíba, desenvolveu diversas atividades relacionada ao magistério. Lecionou diversas disciplinas, como Grego, Latim, Geografia, Português, Francês, Política Financeira, Metodologia e Didática, entre outras.<sup>8</sup>

O Arquivo, que leva o nome do seu produtor, preserva documentos referentes as atuações sociais e políticas do professor Afonso. Nos registros podemos encontrar temas variados, como é caso da sua atuação na fundação da Orquestra Sinfônica da Paraíba e ainda sua contribuição para a organização da Fundação Padre Ibiapina, por exemplo.

A instituição funciona na antiga casa da família e também conta com um auditório onde acontecem eventos anuais, referentes a temas arquivísticos, entre outros.

A sugestão destas duas instituições justifica-se pela importância técnica que elas representaram durante o nosso curso de graduação.

Nas duas instituições tivemos oportunidade de fazermos visitas técnicas, com o intuito de inteirar as experiências teóricas adquiridas e observar a prática desenvolvida.

Além disso, participamos de cursos de capacitação, na Fundação Casa de José Américo. Os cursos foram referentes a Descrição Arquivística e ainda participamos de oficinas de técnicas de restauro de documentos. Como convidados, participamos também, de algumas reuniões técnicas, promovidas pela instituição, referente as discussões de fundação do Arquivo Histórico da Paraíba. Essas reuniões trouxeram à Paraíba importantes profissionais da Arquivologia no país, como é o caso de Ana Maria de Almeida Camargo, e comissões técnicas do Arquivo Nacional.

Já no Arquivo Afonso Pereira, participamos de atividades extra-curriculares das disciplinas de Descrição Arquivística e Representação Temática da Informação Arquivística<sup>9</sup>. As visitas foram orientadas pela Sra. Clemilde Torres, viúva do

---

<sup>8</sup> Arquivo Afonso Pereira, [www.arquivoafonsopereira.com.br](http://www.arquivoafonsopereira.com.br)

<sup>9</sup> Disciplinas ministradas em dois blocos, no terceiro e quarto período letivo do curso de Arquivologia da UFPB.

professor Afonso Pereira e pela professora das disciplinas, Bernardina Freire. As visitas puderam esclarecer questões práticas que no universo teórico não conseguiríamos mensurar.

Somando-se a essas interações, observamos que as duas instituições recebem visitas de alunos nos seus espaços. Por esse motivo, indicaremos um plano de ação sistemático para a a efetivação dessas atividades.

O projeto de Educação Patrimonial nas instituições arquivísticas poderá atuar em conjunto com a Secretaria de Educação do Município ou Estado, visando adequar os padrões das visitas aos referenciais educativos do Ministério da Educação, MEC, ou seja, os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's.

O objetivo dos PCN's é auxiliar a execução do trabalho do professor no exercício da prática pedagógica. Eles não são fórmulas prontas de aplicabilidade de exercícios, mas cumprem o papel de indicar possibilidades de utilizações educativas, tanto de objetos, como de espaços, para a formação educativa de seus alunos. Porque,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Lei 9.394, LDB, 1996, art. 1º).

Nesse sentido, compreendemos que o processo educativo poderá se formular em diversos espaços sociais, e nas várias fases do ensino. Por esse motivo, defendemos o desenvolvimento desse processo educacional nos espaços arquivísticos. Além disso, nos PCN's, os documentos de arquivo são apontados como materiais didáticos importantes e a sua utilização desenvolve o entendimento da pesquisa histórica.

Quanto ao público-alvo, destacamos a importância de iniciarmos essas atividades nas primeiras séries do ensino fundamental, pois, o processo educacional deve se formar desde a infância, em busca de sensibilizar as crianças sobre a importância de manter as fontes para a construção da sua memória e assim poderem contribuir para a sua formação cidadã.

Com esses referenciais partiremos para as sugestões do plano sistemático das ações educativas.

Para o início das atividades é necessário definir um cronograma anual para as unidades arquivísticas, objetivando uma organização técnica para o acompanhamento das visitas.

A definição do cronograma deverá acontecer sempre no primeiro mês do ano, em busca de adequar às visitas ao calendário escolar, já que a proposta é interagir com a rede de ensino público local.

Com essas pontuações, seguiremos para o passo a passo das atividades.

#### **4.1 Aula Temática**

##### Objetivo Geral

- Divulgar o potencial informacional do Arquivo a partir do tema escolhido.

##### Objetivos Específicos

- Apresentar documentos referentes ao tema;
- Identificar os suportes documentais apresentados;
- Sensibilizar os alunos da importância da preservação dos bens patrimoniais referente a formação de sua história.

##### Temas

- Os temas deverão ser selecionados anteriormente pelos professores e os arquivistas. Eles deverão se adequar aos acervos das instituições;
- Antes da atividade no Arquivo, os alunos deverão receber orientações referente ao tema escolhido em sala de aula.

##### Metodologia

- Antes das atividades, os profissionais responsáveis pela instituição que acompanharão as atividades deverão se apresentar. Em seguida, deverão apresentar a instituição, sua missão, seus objetivos e apresentar o Acervo.
- Os alunos percorrerão a instituição para o reconhecimento do local;

- Em um espaço reservado, os documentos selecionados já estarão disponíveis para o acesso;
- Os visitantes serão orientados quanto ao manuseio da documentação;;
- Em seguida, o professor poderá retomar o assunto da aula, para que em seguida, os alunos possam identificar nos documentos o tema debatido.

#### Considerações

- Ao final da exposição os alunos deverão apresentar suas impressões sobre a instituição e discorrer sobre o tema em questão, tentando relacioná-lo com os documentos consultados.

### **4.2 Visita Monitorada**

#### Objetivo Geral

- Divulgar o espaço arquivístico como lugar de referência de memória e produção do conhecimento.

#### Objetivos Específicos

- Apresentar os trabalhos técnicos arquivísticos referentes ao tratamento do acervo apresentado;
- Apresentar o potencial informacional das instituições arquivísticas;
- Apresentar noções de patrimônio cultural;
- Contribuir para o exercício da cidadania.

#### Temas

- Os temas poderão ser escolhidos pelos profissionais da instituição, visando demonstrar o potencial informacional da instituição.

#### Metodologia

- Antes das atividades, os profissionais responsáveis pela instituição que acompanharão as atividades deverão se apresentar. Em seguida, deverão apresentar a instituição, sua missão, seus objetivos e apresentar o Acervo.
- Os alunos percorrerão a instituição para o reconhecimento do local;
- Em um espaço reservado, os documentos selecionados já estarão disponíveis para o acesso;
- Os visitantes serão orientados quanto ao manuseio da documentação;
- Os alunos poderão praticar técnicas de higienização dos documentos e serão orientados quanto ao armazenamento e conservação dos documentos.

#### Considerações

- Ao final da visita os alunos deverão apresentar suas impressões sobre a instituição e discorrer sobre a importância da preservação documental.

## **5 CONSIDERAÇÕES**

Nossa proposta é, portanto, de divulgação das instituições arquivísticas através de ações sistemáticas de Educação Patrimonial, porque consideramos essa, uma importante ferramenta para o ensino, seja ela, nas mais variadas disciplinas. Além disso, esse sistema de ensino pode se adequar a vários ambientes sociais, o que nos faz remeter a importância de entrelaçar essa proposta aos Arquivos.

Essa sugestão educativa, claro, poderá ser aperfeiçoada, e adequada a outras instituições arquivísticas ou centros de documentação da cidade. O importante é que tanto as instituições, como os profissionais, estejam preparados para receberem essa demanda. Pois,

As novas formas de utilização do arquivo, para além da pesquisa administrativa e histórica, como o uso educativo ou o de natureza

técnica co-operativa (o chamado uso prático do arquivo, pelo havido recentemente grande interesse), representam, todas elas, um grande desafio para o arquivista. (BELLOTTO, ano, p. 241).

## 6 REFERÊNCIAS

BARROS, Dirlene Santos e NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e Memória: uma relação indissociável. Rev. TransInformação. Campinas, 21(1): 55-61, Jan./Abr., 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Decreto Lei n. 25, 30 nov. 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccvil\\_03/decreto-lei/principal\\_ano.htm](https://www.planalto.gov.br/ccvil_03/decreto-lei/principal_ano.htm). Acesso em: 09/mar./2013.

\_\_\_\_\_. Art. 216. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portal do Professor. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=27150> (acesso em: 02/04/2013).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacional: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.



COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Rev. Estudos Históricos, v. 11, n. 21. Rio de Janeiro. CPDOC, 1998.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. Rev. Bras. de História. São Paulo, v. 13 n.25/26 pp. 265-276, set. 1992, ago. 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Regina Abreu e Mário Chagas (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em: 02/04/2013.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A redescoberta do Brasil nos anos de 1950: ente o projeto político e o rigor acadêmico. In: MADEIRA, Angélica e VELOSO, Maria (orgs.) Descobertas do Brasil. Brasília: Ed. UNB, 2000. p. 139-161.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Rev. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.)

Patrimônio Cultural: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

## Anexos



Arquivo Afonso Pereira

Fonte: [www.arquivoafonsopereira.com.br](http://www.arquivoafonsopereira.com.br)



Arquivo Afonso Pereira

Fonte: [www.arquivoafonsopereira.com.br](http://www.arquivoafonsopereira.com.br)

